



Ministério da Fazenda



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

**1.4. Crédito para Microempreendedores Individuais (MEI)**

No que se refere aos microempreendedores individuais, o Banco da Amazônia aplicou em 2014 o montante de R\$11,1 milhões contra R\$10,6 milhões em 2013, representando uma evolução de 4,7%, contribuindo diretamente com a bancarização e a formalização dos pequenos negócios na Amazônia.

**1.5. Microcrédito Produtivo Orientado - Programa AMAZÔNIA FLORESCER**

Alinhado ao Programa Crescer do Governo Federal, o Programa Amazônia Florescer atende de forma ágil e sem burocracia aos pequenos negócios, tanto na área urbana (microempreendedores informais e formais com renda bruta anual de até R\$120 mil), quanto na zona rural (familiares enquadrados no microcrédito produtivo rural do PRONAF). No Microcrédito Urbano, em 2014, foram atendidos 39.403 clientes e aplicado um volume de crédito de R\$68,7 milhões, com crescimento de 7,3% em relação a 2013 (R\$64,0 milhões). Com relação ao Microcrédito Rural o atendimento chegou a 5.556 agricultores familiares e volume de aplicação da ordem de R\$18,0 milhões.

**1.6. Crédito para a Agricultura Familiar**

O ano de 2014 foi muito especial para o Banco da Amazônia no que se refere à Agricultura Familiar, pois a Instituição desenvolveu diversas ações em comemoração ao ano internacional desse segmento. Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco tem apoiado projetos que atendem aos padrões de responsabilidade política, social, cultural e ambiental. Em 2014 foram capacitados 168 técnicos, sendo 122 empregados do Banco e 46 empregados de empresas de assistência técnica, objetivando a qualificação do crédito rural. No Plano Safra de 2013/2014, foram aplicados R\$697,3 milhões (39.770 operações) e, considerando exclusivamente o ano de 2014, o volume de aplicação na agricultura familiar chegou aos R\$714,3 milhões, representando a contratação de 34.775 operações.

**1.7. Crédito Comercial**

O saldo médio da carteira comercial encerrou o ano de 2014 com R\$1.314,3 milhões, representando um aumento de 5,3% em relação a 2013 (R\$1.247,9 milhões). Constituíram destaque as linhas voltadas para capital de giro, câmbio, crédito rotativo, consignados, desconto de títulos e duplicatas, além de outros produtos para os segmentos de pessoa física e jurídica.

**1.8. Operações com Títulos e Valores Mobiliários - TVM**

A carteira TVM está assim distribuída: 73,1% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e 26,9% por títulos privados (letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures). Em 2014 o resultado com títulos e valores mobiliários atingiu R\$728,7 milhões, contra R\$598,7 milhões em 2013, resultando em um crescimento de 21,7%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$609,0 milhões (R\$481,7 milhões em 2013), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R\$127,3 milhões (R\$111,8 milhões em 2013).

O saldo médio da carteira de títulos registrado em 2014 foi de R\$5.836,5 milhões, 1,4% superior ao registrado em 2013 (R\$5.757,5 milhões). Esse saldo foi impactado no final do exercício positivamente em razão do recebimento de títulos públicos oriundos do contrato de mútuo assinado entre o Banco e a União, no montante de R\$999,9 milhões, nos termos da Lei nº 12.712/2012 e alteração posterior, como reforço do Patrimônio de Referência (PR) na qualidade de Capital Principal, em atendimento às regras do Acordo de Basileia III.

**1.9. Recuperação de Créditos, Tarifas Bancárias e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)**

As ações de recuperação de crédito também fazem parte do Programa "Supera Mais" e foram trabalhadas diversas iniciativas por parte do Banco no sentido de dar mais agilidade e foco, resultando num volume de R\$ 134,8 milhões (crescimento de 7,4% em relação a 2013) e a consequente diminuição no ajuste anual das despesas com PCLD, já observado no item 1.1.

**2. Captação de Recursos****✓ Depósitos**

Em 2014 a carteira de depósitos encerrou com saldo médio de R\$3.349,1 milhões (R\$2.873,6 milhões em 2013), com destaque para o crescimento dos depósitos de poupança (de R\$507,6 para R\$576,0 milhões) e a prazo (de R\$ 918,2 milhões para R\$1.260,8 milhões).

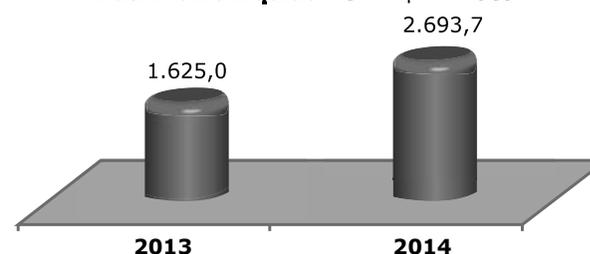
**✓ Empréstimos e Repasses**

Para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco cresceu em captações no BNDES/FINAME e FDA, passando, em média, de R\$548,1 milhões em 2013 para R\$597,5 milhões em 2014.

**3 Patrimônio Líquido (PL)**

O Banco encerrou o exercício de 2014 com um Patrimônio Líquido de R\$2.693,7 milhões (R\$1.625,0 milhões em 2013), já contemplando o Instrumento Elegível ao Capital Principal, objeto do contrato de mútuo assinado com o Tesouro Nacional e autorizado pelo Banco Central no valor de R\$982,1 milhões.

Patrimônio Líquido - em R\$ milhões



A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09.12.2014 aprovou a incorporação de 50% da Reserva Estatutária existente em 31.12.2013, no valor de R\$ 403,6 milhões, ao Capital Social, estando o referido montante registrado em Aumento de Capital aguardando a autorização do Banco Central para a incorporação.

**4. Índice da Basileia (Limites Operacionais)**

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do Patrimônio de Referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2014 encerrou com um índice de 17,5% (13,8% em 2013).

**5. Instrumento Elegível ao Capital Principal (Contrato de Mútuo)**

No decorrer de 2014, o Banco deu continuidade às negociações com a União, acionista majoritário, no sentido de fortalecer seu Patrimônio de Referência de modo a permitir a continuidade de seus negócios, especialmente a alavancagem das operações de crédito voltadas para a política de desenvolvimento da região Amazônica, bem como atender aos limites exigidos pela regulamentação de Basileia III. Nesse sentido, em 09.12.2014, foi firmado contrato de mútuo com a União, no valor de até R\$ 1 bilhão, nos termos do artigo 8º da Lei 12.712, de 30 de agosto de 2012, alterada pela Lei 13.043, de 13.11.2014, enquadrando-se no art. 16 da Resolução 4.192, de 1º de março de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN). O valor foi recebido em títulos públicos federais, no montante de R\$999,9 milhões, enquadrado como Instrumento Elegível ao Capital Principal (IECP) para compor Capital Principal. Referidos títulos foram devidamente monetizados conforme prevê a regulamentação e comprovados junto ao Banco Central do Brasil o que resultou na autorização para compor Capital Principal o montante de R\$982,1 milhões.

**4 - GESTÃO DE RISCOS****Gestão do Risco Operacional**

O Banco da Amazônia estabeleceu a sua política corporativa de gestão de risco operacional, pautada nas melhores práticas recomendadas pelo Comitê de Basileia e Banco Central do Brasil, e se constitui em uma importante ferramenta para a consecução dos objetivos da Organização, uma vez que norteia a identificação, a avaliação e o monitoramento dos eventos de riscos inerentes às atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisão.

**Risco de Mercado**

O Risco de Mercado é mensurado através do cálculo do Value at Risk (VAR), teste de stress e acompanhamento dos limites de exposição das carteiras de negociação e carteira de não negociação, todos previstos na Política de Risco. As exposições ao Risco de Mercado dos ativos e passivos do Banco são calculadas considerando os fatores de risco que direta ou indiretamente alteram o valor de mercado de uma carteira, incluindo, assim, as taxas de câmbio, as estruturas a termo das taxas de juros, a variação dos índices de preços, os preços das ações e os preços das mercadorias (commodities). No segundo semestre de 2014, destaca-se a realização de operações com derivativos, DI Futuro, para hedge, o que reflete o perfil conservador de alocações de recursos da Instituição.

**Risco de Liquidez**

A Política de Risco de Liquidez define os limites dos índices de disponibilidade, plano de contingência e forma de alocação nos vértices para os ativos e passivos. A mensuração, o monitoramento e o controle das exposições ao risco de liquidez são avaliados diariamente de forma a evidenciar os descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de geração de caixa da Instituição, levando-se em consideração os diferentes indexadores e prazos de liquidação dos direitos e obrigações. No ano de 2014, ratificou-se a posição líquida do Banco com folga de recursos aplicados em títulos de altíssima e alta liquidez.

**5 - REDE DE ATENDIMENTO**

O Banco da Amazônia, na condição de agente financeiro do Governo Federal, está alinhado à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que visa o fortalecimento de municípios considerados de baixa renda ou estagnados, propiciando a disponibilização de crédito e serviços bancários, fomentando a região, e criando fatores favoráveis à geração de emprego e renda de forma sustentável. Desse modo, para atingir os objetivos prioritizados, potencializar seus negócios, proporcionando capilaridade à Instituição e comodidade a seus clientes, o Banco encerrou o exercício de 2014, com 161 pontos de atendimento, dos quais 124 são agências e 37 postos de atendimento, distribuídos em onze unidades da Federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, inclusive já contemplando nova agência no município de Tefé, no estado do Amazonas.